

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELO HORIZONTE, REALIZADA NO DIA 03 DE JULHO DE 1997, NO AUDITÓRIO DA SMSA, AV. AFONSO PENA, 2336, 14º ANDAR, BELO HORIZONTE.**

Aos três dias do mês de julho de mil, novecentos e noventa e sete, realizou-se a reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde. Às 15:40 horas, a Secretária Geral do Conselho, Simone Dutra Lucas, inicia os trabalhos anunciando que a mesa diretora decidiu dividir o tempo dos informes entre o início e o final da reunião que terá ainda como pontos de pauta: 1 - Votação da proposta de ata da reunião realizada no dia 08/05/97; 2 - Votação do Relatório de Gestão e Prestação de Contas da SMSA referentes ao ano de 1996; 3 - Proposta da realização de uma festa de confraternização do Conselho. No ponto de pauta referente à votação da proposta de ata, Simone, pergunta se existe alguma retificação por escrito. O conselheiro Jader Campomizzi, apresenta retificação às linhas 345 e 346, onde está escrito: “informou também que a Câmara Técnica não tem um parecer sobre o relatório de prestação de contas, leia-se: “informou também que a Câmara Técnica tem um parecer sobre o relatório de prestação de contas.” Tendo sido esta a única retificação, a ata foi aprovada por consenso do plenário. Em seguida, no ponto de informes, Simone, inicia passando os informes da mesa. Justifica as ausências dos conselheiros Paulo César, Rogério, Cristina, Inês e Marta. Fala de ofício encaminhado ao Conselho Municipal de Saúde pela PUC-MG, comunicando que os novos representantes daquela universidade no Conselho são Cláudia de Matos Lena, da escola de enfermagem, como titular e Cristiana Leite Tavares, do departamento de odontologia como suplente. Anuncia a presença da senhora Nerci da Silva, eleita conselheira municipal, em plenária dos usuários do Distrito Sanitário Centro-Sul, em substituição à senhora Alcione Maria do Carmo. Informa sobre a Comissão Organizadora da VI Conferência Municipal de Saúde, a ser realizada no próximo ano. A comissão é composta pelos conselheiros Jader, Paulo César, Geraldo Mossem, Alcides, Inês, Luiz Morais, João Atahyde, Warlene, Antônio Gomes, Geraldo Florêncio, Eduardo Leal, Onorival, Geralda Margarida, José Osvaldo, Simone, Maria Josefina e Leda. Simone, faz a leitura de Parecer do Conselho Municipal de Saúde sobre projeto de Lei de autoria do vereador Geraldo Félix, que prevê o funcionamento 24 horas das unidades de saúde. Informa que o Parecer, foi aprovado ad referendum pela mesa diretora, porque era matéria urgente e não pôde ser discutido em tempo hábil pelo plenário. Pergunta se algum conselheiro tem posição contrária a aprovação. O conselheiro João Athayde, levanta questão de esclarecimento e coloca seu entendimento de que para o Conselho votar o Parecer terá que, primeiro, discutir o projeto de lei que o originou. O secretário adjunto, Dr. Fausto Pereira dos Santos, fala que com a crescente representatividade do Conselho na sociedade, a Câmara Municipal tende a enviar um

41 número cada vez maior de projetos para sua apreciação e, no seu entendimento, se o  
42 plenário for discutir cada projeto, não terá uma pauta própria, passando a apenas  
43 discutir projetos da Câmara. Defende que seja discutido e votado apenas o Parecer  
44 apresentado pela mesa diretora. Simone, coloca que este é o entendimento da mesa e  
45 pergunta novamente se há discordância quanto ao Parecer. Em não havendo posição  
46 contrária, o Parecer é referendado por consenso do plenário. Em seguida, a palavra é  
47 passada ao Conselho Distrital Norte, para que informe sobre o trabalho desenvolvido  
48 por aquele Conselho. Representando o Conselho Distrital Norte, falam a presidente  
49 Nilma Correia e o diretor do Distrito, Dr. Leonardo Cardoso de Barros. Inicialmente,  
50 falou o Dr. Leonardo, informando sobre o Distrito Sanitário Norte, incluindo a  
51 localização, área de abrangência, população atendida e unidades de saúde sob direção  
52 do Distrito. A presidente do Conselho Distrital Norte, Nilma, fala da atuação do  
53 Conselho Distrital, das Comissões Locais de Saúde e das dificuldades enfrentadas  
54 pela população da região no exercício do Controle Social. Levanta a questão da  
55 capacitação dos conselheiros e outras atividades junto às comunidades da região. Fala  
56 da importância da conclusão das obras do Pronto Socorro de Venda Nova e da luta  
57 dos moradores em defesa deste hospital. Cita debates que vêm sendo realizados e  
58 convida para um que será realizado no dia 14/07, às 19:00 horas, no Hospital Sofia  
59 Feldman. Informa de iniciativas no campo da comunicação com a comunidade, que o  
60 Conselho Distrital Norte vem implementando e de seminário sobre Controle Social  
61 previsto para o dia 09/08, em parceria com o DISAN, que deverá ser adiado em  
62 função de um Seminário de Usuários que ocorrerá na mesma data promovido pelo  
63 Conselho Municipal de Saúde. Diz que o Conselho que preside conseguiu uma sala  
64 cedida pelo Distrito e salienta a importância dessa conquista por considerar que um  
65 grande problema dos conselhos é o espaço próprio para suas reuniões. Fala sobre  
66 denúncias de perseguições à conselheira Inês, que diz não ser verdadeira. A  
67 conselheira Maria Josefina, pergunta se existe aceitação do usuário ser presidente do  
68 Conselho Distrital Norte. Nilma, esclarece que não há qualquer discriminação aos  
69 usuários e coloca as razões que levaram os conselheiros da Norte a elegê-la para a  
70 presidência, sendo ela representante dos trabalhadores, acrescenta que os outros  
71 membros da mesa diretora são representantes de usuários. A conselheira Carminha  
72 Bomtempo, levanta questão de ordem e coloca que por decisão do plenário o tempo  
73 dos conselhos distritais seria utilizado para informes das atividades do Conselho não  
74 sendo aberta a palavra para intervenções ou debate. Simone, esclarece que o  
75 entendimento da mesa é de que os questionamentos levantados devem ser  
76 esclarecidos. O conselheiro Robson, fala que aproveitando a presença do diretor do  
77 Distrito Norte, gostaria de obter esclarecimentos sobre problemas que estariam  
78 ocorrendo no Centro de Saúde 1º de Maio, onde, segundo denúncias, a direção do  
79 Distrito estaria fazendo remanejamento de funcionários e promovendo o desmonte da  
80 equipe. Cita o caso da conselheira Inês e considera que está havendo desrespeito com

81 os servidores na forma como estão sendo feitas as modificações. Respondendo, Dr.  
82 Leonardo, esclarece que o Centro de Saúde 1º de Maio tinha problemas internos que  
83 levaram a substituição da gerência e que a conselheira Inês foi remanejada por sua  
84 própria solicitação e diz ter carta da conselheira sobre a questão. Em relação ao  
85 desmonte da equipe, diz serem infundadas as denúncias e explica discussões feitas em  
86 torno do Centro de Saúde. A conselheira Rose Mary, pede esclarecimentos sobre o  
87 que foi deliberado na reunião do Conselho Municipal de Saúde realizada na  
88 Faculdade de Medicina a respeito do Conselho Distrital da Pampulha, envolvendo a  
89 conselheira Maria Josefina. A secretária geral, Simone, presta os esclarecimentos,  
90 após dar por encerrada a exposição do Conselho Distrital Norte. Dando seqüência aos  
91 informes a conselheira Rosalina, propõe que a mesa diretora pautе para o mês de  
92 agosto a discussão sobre o Resgate que, segundo diz, apesar de ter sido escolhido  
93 pelo Conselho como prioridade nº 1 para receber recursos do REFORSUS, não foi  
94 contemplado e as cinco ambulâncias deste serviço estão em precárias condições e  
95 falta materiais básicos para os profissionais que trabalham no Resgate, incluindo os  
96 bombeiros. Informa também sobre os cortes de pessoal terceirizado que estão  
97 ocorrendo na área de saúde e propõe que as Câmaras Técnicas de Financiamento,  
98 Controle e Avaliação e de Recursos Humanos, discutam a questão. A conselheira  
99 Carminha, informa sobre a luta do pessoal da Santa Casa para manter a creche  
100 existente naquela instituição, atendendo os filhos dos funcionários que temem seu  
101 fechamento definitivo. Propõe moção de apoio aos funcionários da Santa Casa.  
102 Informa também sobre Seminário da Escola de Odontologia, do qual participou e  
103 propõe que seja pautado para discussão do plenário o atendimento odontológico  
104 prestado nas unidades básicas de saúde e no Hospital Odilon Behrens onde, segundo  
105 foi relatado pelos estudantes, o tratamento dado aos usuários é péssimo. O  
106 conselheiro Antônio Gomes, comenta o projeto do vereador Geraldo Félix e denuncia  
107 que os Centros de Saúde, em sua maioria, só atendem pela manhã e os funcionários  
108 não cumprem o horário. Solicita que a secretaria fiscalize os serviços. O senhor  
109 Evaristo Garcia, informa sobre reunião ocorrida no dia anterior em Venda Nova, com  
110 a presença do prefeito e do secretário municipal de saúde, quando foi discutido o  
111 Pronto Socorro de Venda Nova e segundo diz, foi descartada a utilização de uma casa  
112 adquirida por R\$ 92 mil, para instalar um posto de saúde, sendo que a mesma não  
113 vale o preço pago, o que considera ser caso até de polícia. Fala também dos recursos  
114 que poderiam ser usados na UAPU e não foram. Apresenta documentos sobre a  
115 execução financeira dos recursos do orçamento municipal e propõe que a Câmara  
116 Técnica de Financiamento, Controle e Avaliação os analise e o Conselho promova  
117 um debate sobre o assunto. O conselheiro Antônio Francisco (Sardinha), passa  
118 informes da plenária de trabalhadores conselheiros, realizada nesta quarta-feira 02/07.  
119 O conselheiro André Quintão, passa informe sobre seminário de saneamento que a  
120 Câmara Municipal fará realizar nos dias 15 e 16 de agosto e que será promovido

## BELO HORIZONTE

### CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

121 pelos mandatos dos vereadores Rogério Correia, Paulo Augusto dos Santos, André  
122 Quintão e Sávio Souza Cruz. O temário do seminário deverá ser o seguinte:  
123 Universalização do Saneamento; - Saneamento; - Situação do saneamento em Belo  
124 Horizonte. Diz que essa programação deverá ser fechada na próxima segunda-feira  
125 podendo ainda ser incluídas sugestões sobre temática e dinâmica do seminário.  
126 Informa também sobre a tramitação na Câmara da reforma administrativa proposta  
127 pelo executivo municipal e que inclui o reforço administrativo para a área de saúde. O  
128 conselheiro João Athayde, informa sobre seminário de saúde do PC do B, realizado  
129 no último fim de semana em Belo Horizonte. O secretário adjunto, Dr. Fausto,  
130 questiona denúncias apresentadas em que as pessoas não dão nomes impedindo a  
131 devida apuração. Cita as denúncias do senhor Evaristo Garcia e do conselheiro  
132 Antônio Gomes, que diz necessitar de provas para que a secretaria apure ou responda.  
133 Propõe à mesa que todas as denúncias sejam apresentadas com documentos para que  
134 não caiam no vazio. A secretária geral, Simone, coloca que a mesa solicita que as  
135 denúncias feitas quanto ao funcionamento dos centros de saúde e sobre  
136 desapropriações sejam encaminhadas por escrito para que possam ser apuradas. No  
137 ponto seguinte da pauta, sobre o Relatório de Gestão e Prestação de Contas de 1996 o  
138 coordenador da Câmara Técnica de Financiamento, Controle e Avaliação, conselheiro  
139 Jader Campomizzi, apresenta utilizando transparências, os pareceres da CTFCA  
140 sobre os relatórios, pareceres estes, que os conselheiros receberam antecipadamente.  
141 Apresenta o parecer sobre o relatório de gestão, com data do dia 10/06/97, contido em  
142 ata de reunião da Câmara Técnica e que recomenda ao plenário do Conselho  
143 Municipal de Saúde a aprovação do relatório, destacando a necessidade de construir  
144 um modelo de relatório que contenha os dados exigidos pela legislação e indicadores  
145 de fácil entendimento, capazes de levar à reversão de quadros que sejam negativos. A  
146 segunda transparência refere-se ao relatório financeiro e representa a ata da reunião  
147 da Câmara Técnica realizada em 01/04/97, que também recomenda a aprovação da  
148 prestação de contas do ano de 1996, com a ressalva de que seja feita uma crítica  
149 política de que em 1996 não foram investidos na saúde os 10% reivindicados por  
150 todo o movimento nacional em defesa do SUS, o que significa uma perda de recursos  
151 de no mínimo R\$ 5,5 milhões. Em quadro seguinte, apresenta dados da primeira  
152 discussão feita na CTFCA sobre o Relatório de Gestão e novos dados acrescentados  
153 ao relatório financeiro o que aumenta o valor gasto pela prefeitura com a saúde. O  
154 quadro seguinte, refere-se ainda ao relatório financeiro e acrescenta ao parecer  
155 original a observação de que a definição de onde gastar os recursos é do gestor  
156 municipal. Apresenta outros documentos que, segundo diz, comprovam que a perda  
157 do Fundo Municipal de Saúde em relação aos recursos repassados pelo Tesouro  
158 Municipal é inferior aos R\$ 5,5 milhões anteriormente citados. Aberta a palavra ao  
159 plenário, a conselheira Rosalina, pede esclarecimentos à Câmara Técnica sobre se  
160 foram apuradas denúncias apresentadas na reunião do dia 26 de março de 1997, pelo

161 senhor Evaristo Garcia, segundo as quais, algumas obras incluídas no relatório  
162 financeiro estariam supervalorizadas. Em seguida, analisa os pareceres e antecipa sua  
163 posição favorável a aprovação do relatório de gestão desde que da Resolução que  
164 deverá ser encaminhada para homologação do prefeito e que sugere que se encaminhe  
165 também às outras instâncias do SUS: Bipartite, tripartite, CES, etc, conste que o  
166 Conselho aprova com a ressalva de que o Relatório de Gestão não atende ao que  
167 determina o Decreto nº 1651, de 28/09/95. Quanto a relatório financeiro, antecipa que  
168 sua posição é de se abster por já ter colocado anteriormente seu entendimento de que  
169 o Conselho é co-responsável pelos prejuízos que o Decreto nº 8763, de maio/96,  
170 causaram ao Fundo Municipal de Saúde, mas não aceita estes prejuízos. Faz a leitura  
171 de ofícios encaminhados pelo ex-coordenador da Câmara Técnica de Financiamento,  
172 senhor Geraldo Magno e, em resposta, pelo ex-secretário municipal de saúde, Dr.  
173 César Campos, em que o primeiro pergunta qual o valor em reais foi gasto com saúde  
174 em 1995 pela prefeitura, além dos 10% proposto pelo Decreto. Na resposta, Dr.  
175 César, informa que estes valores estariam entre R\$ 21 e R\$ 25 milhões. A  
176 conselheira, critica o fato de ter sido considerado no parecer que há um prejuízo de  
177 R\$ 5,5 milhões, reduzido pelos documentos apresentados posteriormente e acrescenta  
178 que tem dúvidas de que estando autorizada a retirar do Fundo mais de R\$ 21 milhões,  
179 a prefeitura tenha retirado menos de R\$ 5 milhões e coloca que considera perigoso  
180 que o Conselho aceite essa hipótese porque entende que isso seria admitir que o  
181 Fundo Municipal de Saúde ainda tem com a prefeitura uma dívida em torno de R\$ 17  
182 milhões. Reitera que sua posição é pela não aprovação das contas. O senhor Evaristo  
183 Garcia, comenta o valor acima de R\$ 193 mil para um imóvel do CERSAM das  
184 regiões Norte, Pampulha e Venda Nova, de um imóvel para o Centro de Saúde  
185 Andradas no valor acima de R\$ 180 mil e a aquisição de imóvel para o Centro de  
186 Saúde Minas Caixa no valor de R\$ 92 mil, além de R\$ 7 milhões para melhoramentos  
187 no UAPU Venda Nova. Diz que solicitou ao Conselho Distrital Venda Nova que  
188 discuta e investigue essa questão, mas como não recebeu resposta está propondo que  
189 o Conselho Municipal de Saúde busque essa informação. O conselheiro João  
190 Athayde, propõe que se aprofunde mais na questão colocada na ata da CTFCA de  
191 10/06/97 sobre o enorme gasto financeiro feito com procedimentos de alto custo, em  
192 detrimento de ações mais baratas e ao mesmo tempo de maior impacto social. O  
193 secretário adjunto, Dr. Fausto, esclarece à Rosalina, que o ajuste previsto no Decreto  
194 era só para 95/96, o que significa que não há mais risco de se considerar que o Fundo  
195 continua em débito com a prefeitura. Outra razão que afastaria essa preocupação é o  
196 fato de não haver mais sobras de recursos no Fundo Municipal de Saúde. Acrescenta  
197 que o espírito do Decreto envolvia estes R\$ 21 milhões, mas como no final do ano  
198 não havia mais recursos no Fundo, a prefeitura teve que assumir a folha de  
199 pagamento, por ter havido um gasto com projetos na área de saúde acima do que fora  
200 previsto. Fala que, na sua opinião, houve uma boa gestão dos recursos, mas uma

201 recomposição dos gastos foi necessária não sendo possível chegar no final do ano  
202 cumprindo o previsto. O coordenador da CTFCA, Jader, fala que o relatório  
203 financeiro foi exaustivamente discutido na Câmara Técnica e todas as questões foram  
204 levantadas, acrescenta que, na verdade, a prefeitura não retirou recursos do Fundo  
205 Municipal de Saúde, apenas deixou de colocar e demonstrou que o que foi feito é  
206 rigorosamente legal e a perda do Fundo foi menor do que o previsto. Diz que o  
207 Conselho tem que voltar a discutir o Decreto 8763 que, na sua opinião, é uma ferida  
208 aberta dentro do Conselho, para avaliar se valeu a pena essa perda em troca de  
209 autonomia o que, no seu entendimento, valeu pelo que consta do relatório de gestão.  
210 Considera que a perda embora pequena seja o custo da autonomia porque o  
211 investimento foi inferior aos 10% que diz não ser legalmente exigido mas, na sua  
212 opinião, seria o eticamente e politicamente exigido. A conselheira Carminha  
213 Bomtempo, discorda de Jader e afirma que no seu entendimento, quando deixa de  
214 colocar dinheiro no Fundo a prefeitura retira sim, porque diversas ações deixam de  
215 ser feitas pela redução dos recursos. Antecipa que votará pela não aprovação do  
216 relatório financeiro por duas razões: A primeira, por entender que faltou consideração  
217 ao Conselho por parte do prefeito, que não se dignou a responder o ofício sobre a  
218 Comissão do PRÓ-SUS encaminhado há um mês e a segunda, por considerar que não  
219 existe verdadeira autonomia do Fundo Municipal de Saúde e cita o fato de até a  
220 publicação de uma carta aberta aprovada no Conselho ter sido barrada na prefeitura e  
221 pergunta que autonomia foi conquistada. Diz que tem plena confiança nos membros  
222 da Câmara Técnica, mas votará contra. Questiona também o fato de o relatório  
223 financeiro não ser elaborado de forma compreensível para a maioria dos conselheiros  
224 que são leigos no assunto. A conselheira Rosalina, discorda da fala do conselheiro  
225 Jader e também do parecer, quando coloca a crítica política e diz ser reivindicação o  
226 repasse de 10% do orçamento municipal para a saúde. Lembra que Decreto é um  
227 instrumento legal e no 8763 está escrito que “ a PBH se obriga a repassar 10% dos  
228 recursos do ROT ao Fundo Municipal de Saúde”, portanto, no seu entendimento, não  
229 se trata apenas de reivindicação e também não é questão ética ou política, é uma  
230 obrigação legal da prefeitura que deixou de ser cumprida. Concorde com a  
231 conselheira Carminha, e diz que é mera questão de semântica dizer que a prefeitura  
232 não tirou recursos do Fundo, apenas deixou de colocar. Acrescenta que até 1995 a  
233 PBH gastava entre 13% e 15% com a saúde e o Fundo tinha um saldo de R\$ 40  
234 milhões, depois do Decreto passou a gastar de 7% a 8%, obrigando o Fundo a cobrir a  
235 diferença e se descapitalizar, o que, no seu entendimento, confirma que a prefeitura  
236 efetivamente tirou recursos do fundo. Em seguida, o conselheiro Geraldo Mossem,  
237 solicita que alguém da secretaria, esclareça ao plenário qual a diferença entre o  
238 Relatório de Gestão e o Relatório Financeiro. Dr. Fausto, esclarece que o Relatório de  
239 Gestão fala das ações executadas pela secretaria, incluindo a questão financeira e o  
240 Relatório Financeiro é um instrumento de acompanhamento dos gastos

241 compreendendo receita e despesa. Diz ser prerrogativa do Conselho avaliar a  
242 conveniência de futuramente ser feita a apresentação de um único relatório que  
243 contenha todos os dados. Acrescenta que o relatório financeiro visa comprovação ao  
244 Tribunal de Contas e o de gestão às instâncias do SUS. Simone, coloca em votação o  
245 Relatório de Gestão e diz que existem duas propostas: 1 - da CTFCA, de aprovação  
246 do relatório; 2 - da conselheira Rosalina, de aprovação com ressalvas. O conselheiro  
247 Robson, coloca que não concorda que se aprove havendo dúvidas sobre o relatório e  
248 propõe a não aprovação. O conselheiro Evaristo Garcia, reitera o pedido de  
249 esclarecimento sobre se foram verificadas as compras feitas em Venda Nova. Jader,  
250 esclarece que a Câmara Técnica não discutiu as denúncias sobre supervalorização das  
251 obras e acrescenta que a Câmara Técnica não abre os processos de compras para ver  
252 se existe superfaturamento o que, no seu entendimento, é papel do Tribunal de  
253 Contas. Defende que tem-se que diferenciar o papel do Conselho do papel do  
254 Tribunal de Contas e diz que o papel do Conselho é mais político, não tendo tempo  
255 nem competência técnica para isso. A conselheira Rosalina, diz que não vê grande  
256 problema em aprovar o relatório de gestão, incluindo na Resolução a ressalva que  
257 consta do próprio parecer da Câmara Técnica. Afirma discordar inteiramente de que  
258 não seja papel do Conselho verificar os processos de compras. Dr. Fausto, fala que no  
259 seu entendimento, as dúvidas apresentadas quanto ao relatório de gestão são de forma  
260 e não de conteúdo, já que todos os dados necessários estão incluídos. Solicita que  
261 sejam formalmente encaminhadas à Secretaria as dúvidas quanto ao valor das obras  
262 para que seja aberta auditoria e apurados os fatos pela corregedoria antes da análise  
263 pelo Tribunal de Contas. Após acordo entre os conselheiros Jader e Rosalina, para  
264 unificação de suas propostas e mantida a proposta do conselheiro Robson, foram  
265 colocadas em votação as seguintes propostas sobre o relatório de gestão: 1 -  
266 Aprovação do Relatório de Gestão, com as recomendações incluídas no parecer da  
267 CTFCA; 2 - Não aprovação. Feita a chamada nominal dos conselheiros, venceu a  
268 proposta 1, com 14 (quatorze) votos a favor, 03 (três) contrários e 01 (uma)  
269 abstenção. Ficou portanto aprovado o relatório de gestão. A seguir, é colocado em  
270 votação o Relatório de Prestação de Contas, sendo proposta 1 - aprova e 2 - não  
271 aprova. Feita a chamada nominal dos conselheiros, a proposta 1 foi vencedora com  
272 10 (dez) votos favoráveis a aprovação, 05 (cinco) votos contrários e 03 (três)  
273 abstenções. As contas do Fundo Municipal de Saúde foram aprovadas. Se abstiveram  
274 e solicitaram declaração de voto, os conselheiros Alcides e Rosalina. O conselheiro  
275 Alcides, em sua declaração de voto, fala que se absteve na votação porque não houve  
276 retorno quanto à questão do PRÓ-SUS por parte da administração. A conselheira  
277 Rosalina, em sua declaração de voto, fala que se preocupa com o fato de que qualquer  
278 questionamento feito dentro do Conselho a administração, seja considerado como  
279 oposição e coloca que, no seu entendimento, no Conselho não pode existir oposição  
280 nem situação e os conselheiros têm mais que o direito, a obrigação de exigir clareza e

**BELO HORIZONTE****CONSELHO MUNICIPAL DE  
SAÚDE**

281 transparência na prestação de contas da saúde o que faltou, na sua opinião. Na  
282 seqüência, Simone, informa sobre problemas de contaminação de trabalhadores da  
283 BEPREM, denunciado pelo conselheiro Alcides e propõe que seja feita apuração pela  
284 Câmara Técnica de Financiamento, Controle e Avaliação. A proposta é acatada pelo  
285 plenário. A seguir, coloca em discussão a proposta de uma festa de confraternização  
286 dos conselheiros prevista para o mês de agosto. Apresenta o orçamento da festa e o  
287 valor que será cobrado de cada participante, em torno de R\$ 7,00. A secretaria  
288 executiva ficou de encaminhar a proposta da festa a todos os conselheiros e arrecadar  
289 o dinheiro. O conselheiro Alcides, passa informe sobre o Seminário de conselheiros  
290 usuários que será realizado em agosto. Informa também sobre as dificuldades  
291 enfrentadas pela Câmara Técnica de Municipalização, pelo número de participantes  
292 que é muito pequeno. Sobre a questão da BEPREM, sugere que seja promovida uma  
293 visita àquela instituição, convidando-se o vereador Paulão para acompanhar, já que  
294 o problema foi levantado por ele. Às 18:30 horas, nada mais havendo a tratar, foi  
295 encerrada a reunião da qual foi lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, será  
296 assinada pelo presidente do Conselho e pela secretária geral.

297

298 Belo Horizonte, 03 de Julho de 1997.

299

300 RFF/vld